

Tema: Gestão Democrática e Desenvolvimento Local

1 Aos onze dias do mês de novembro de 2022 às 16h24min, de modo presencial e por meio da
2 plataforma *YouTube*, a Prefeitura de São Paulo, representada pela Secretaria Municipal de
3 Urbanismo e Licenciamento - SMUL, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco -
4 Universidade de São Paulo, deu início ao quarto e último painel do Seminário da Revisão do Plano
5 Diretor. A **Sra. Patrícia Saran**, Coordenadora do Processo Participativo, cumprimentou
6 cordialmente os presentes. Para dar início ao Painel Gestão Democrática e Desenvolvimento
7 Local apresentou o mediador, Sr. José Antônio Aparecido Júnior, Procurador do Município de
8 São Paulo, graduado na Faculdade de Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
9 PUC-SP, Especialista em Direito Público pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de
10 São Paulo, Mestre em Direito do Estado, com concentração em Direito Urbanístico, pela PUC-SP e
11 Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo - USP, atuação em Direito
12 Administrativo e Direito Urbanístico. Convidou para compor a mesa a palestrante Sra. Bianca
13 Tavolari, graduada em Direito e Filosofia pela USP, Mestre em Direito pela USP e Doutora em
14 Direito pela USP, pesquisadora do Núcleo Direito e Democracia do Centro Brasileiro da Análise e
15 Planejamento - CEBRAP, Principal Investigator do Maria Sibylla Merian Centre - MECILA,
16 pesquisadora do Laboratório de Direito à Cidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
17 Universidade de São Paulo - LabCidade/FAUUSP, Professora assistente no INSPER, membro da
18 Comissão de Direito Urbanístico da OAB-SP e Professora visitante da Universidade de ST. Gallen,
19 Suíça; Sr. Ciro Biderman, Doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, Escola de
20 Administração e Economia de São Paulo - EAESP, Pós-Doutor pelo Massachusetts Institute of
21 Technology - MIT e Professor dos Programas de Pós-Graduação e Graduação em Administração
22 Pública e Economia da Fundação Getúlio Vargas - FGV, Pesquisador associado do Centro de
23 Estudos de Política e Economia do Setor Público - CEPESP/FGV, Pesquisador afiliado ao
24 Departamento de Estudos e Planejamento Urbano - DUSP do MIT e Consultor ad hoc do Banco
25 Mundial em economia e política de desenvolvimento local; e o Sr. Wilson Levy, Advogado, Doutor
26 em Direito pela PUC-SP, com estágio de Pós-Doutoramento em Urbanismo pela Universidade
27 Presbiteriana Mackenzie, Mestre em Direito pela USP, com experiência na área de Direito, com
28 ênfase em Filosofia e Teoria Geral do Direito, Direito Constitucional, Direito Urbanístico e Direito
29 Ambiental. Com a palavra, o Sr. José Antônio Aparecido Júnior saudou os presentes e agradeceu
30 o convite para mediar à mesa. Falou da melhora que o urbanismo traz para a vida das pessoas e
31 chamou a atenção para os currículos dos professores que participarão do seminário. Ele fez a
32 abertura das exposições, convidando todos os membros a comporem a mesa. Em seguida,
33 convidou a **Sra. Bianca Tavolari** a fazer a sua explanação. Esta cumprimentou os presentes, dizendo
34 sobre a importância de conversar sobre o Plano Diretor com a coletividade. Ela afirmou que o
35 Plano Diretor Estratégico trouxe um pensamento mais abrangente e inclusivo. Em seguida,
36 discorreu sobre um breve histórico, recordando que este seria o segundo ano da revisão. Apontou
37 as diversas dificuldades enfrentadas, pandemia, paralisação judicial, também, divergências acerca
38 do diagnóstico técnico. Evidenciou que se estaria construindo o aprendizado de como fazer a
39 revisão do PDE. Afirmou que, juridicamente, não se saberia o que realmente é possível modificar.

40 Destacou a importância da divulgação do escopo da revisão, baseado nas primeiras etapas de
41 participação. Lembrou que a revisão intermediária de 2002 teve também judicialização pelas
42 dificuldades que ocorreram na compreensão de como poderia ser feita a revisão. As pessoas
43 precisavam estar no processo, entendendo o que estava acontecendo, e faltava uma participação
44 qualificada. A **Sra. Bianca Tavorari** elencou - como muito importante, a presença de interprete de
45 libras, fomentando uma maior inclusão de munícipes. Disse que a SMUL fez um trabalho excelente
46 no diagnóstico em 338 páginas, oriundo de um aprendizado coletivo, com muitos dados. Porém,
47 considerou que todo esse esforço mereceria um monitoramento contínuo, estendendo esse
48 processo para maiores períodos. Falou sobre números baixos em aplicação de determinados
49 instrumentos. Sobre os dados disponibilizados, afirmou que o planejamento do monitoramento
50 dos instrumentos dificultou os questionamentos relacionados aos dados gerados com a revisão,
51 que poderiam não ser respondidos. Destacou as menções no Participe Mais, a percepção do
52 aumento dos números de unidades nos Eixos, sendo que isso poderia não corresponder
53 diretamente a um aumento da densidade populacional. De tal forma que esse fato pode apontar
54 que o resultado não correspondeu às expectativas do planejado no PDE. Ela salientou que o
55 relatório apresentado não responde essa pergunta. Reforçou que o escopo deveria priorizar o
56 monitoramento para que seja perceptível a execução do que está na lei. Indicou que é fundamental
57 entender quanto de dinheiro foi inserido em cada projeto dentro do PDE. Evidenciou que pelo
58 monitoramento pode-se questionar se os Eixos têm objetivos que estão sendo cumpridos; se as
59 classes menos favorecidas estão sendo atendidas por meio da implantação das mudanças na
60 cidade. Informou que seus alunos demonstraram grandes dificuldades na leitura e interpretação
61 daquilo que está escrito no PDE, e que é necessário que se façam mais intervenções explicativas.
62 Sugere fazer um acompanhamento constante por meio de perguntas acessíveis aos cidadãos, para
63 que compreendam e verifiquem o que está sendo realmente conquistado para a coletividade. Na
64 sequência, o **Sr. Ciro Biderman** agradeceu o convite para sua participação e se mostrou contente
65 com a companhia da mesa composta. Enalteceu a fala da Sra. Bianca Tavorari, afirmando ser
66 necessário reforçar os parabéns pelo diagnóstico, mas, também, destacou a dificuldade na leitura
67 do documento, sugerindo que sejam demonstradas as perguntas mais importantes e as respostas
68 obtidas. Sugere decifrar as siglas por meio da disponibilização de links. Afirmou que a linguagem
69 utilizada no documento é muito boa. Sobre os Eixos, em comparação com o diagnóstico anterior,
70 afirma que as densidades dos Eixos de transporte em São Paulo são parecidas com as densidades
71 de fora dos Eixos, e essa mobilidade deve ser oferecida com frequência juntamente com o
72 aumento de densidade populacional, com uma oferta muito maior dos meios de transporte.
73 Destacou que foi percebido um aumento de densidade no centro expandido da cidade em, ao
74 menos, 13%. Afirmou que a densidade mensurável é somente a construtiva, a habitacional será
75 medida em cerca de dois anos, por meio de um censo populacional. Avaliou ser necessário
76 entender a demanda do retorno dos miolos de bairros na cidade. Lembrou que há grande pressão
77 para que o modelo paliteiro retorne, mas aponta a importância da resistência da Secretaria na
78 manutenção do projeto com as restrições no miolo de bairro e na não flexibilização dentro dos

79 Eixos. Pontuou, ainda, sobre a geração de habitação na área central, com muitos planos e
80 movimentos sem sucesso, sendo necessário melhorar a situação. Avaliou que a retirada das Zonas
81 Especiais de Interesse Social – ZEIS centrais não ofereceram bons resultados. Enfatizou o
82 monitoramento como um ponto importante. Questionou que tipo de morador está habitando na
83 moradia de menor tamanho, recém-construída nas áreas mais centrais. Sugeriu que os moradores
84 sejam aqueles que têm cadastros no CadÚnico, condição que pode estar indicada no PDE. Afirmou
85 que o PDE não consegue resolver todos os problemas do mundo. Informou que o zoneamento tem
86 impactos maiores que o PDE, mas o que resolve mesmo o problema é a política pública
87 consequente. Reforçou que a Prefeitura de São Paulo tem condições de fazer um monitoramento
88 de altíssimo nível. Enfatizou que a política social pede um excelente processo de cadastro.
89 Mostrou-se surpreso com a possibilidade jurídica de utilizar o cadastro como instrumento de
90 monitorar quem está ocupando os imóveis na área central da cidade. Sobre a outorga onerosa,
91 afirmou ser uma fonte muito importante que permite que sejam feitos excelentes investimentos,
92 com redução do pagamento de custeios. Levantou a hipótese de que se a outorga está diminuindo
93 em zonas centrais, não haveria aumento relevante de oferta de habitação social. Entende que se
94 deveria questionar a maneira como as políticas públicas estão sendo implantadas. Informou que
95 participou da montagem de um Plano de Bairro na periferia. Esses planos são importantes para a
96 comunidade opinar e participar do planejamento. Lembrou que o número de comunidades
97 organizadas em São Paulo é muito grande, possibilitando o encaminhamento de suas demandas
98 para o Poder Público. Posteriormente, a palavra foi passada para o terceiro a palestrar, o **Sr.**
99 **Wilson Levy**, o qual saudou todos que acompanhavam o Seminário de modo presencial e
100 virtualmente. Frisou a importância do momento vivenciado. Ao falar sobre Gestão Democrática,
101 alertou para toda a tensão que a Democracia viveu no país e que sobreviveu apesar de tudo.
102 Lembrou-se da necessidade de questionar alguns pontos importantes do PDE. Citou Jürgen
103 Habermas, sobre a abordagem dos desafios da democracia na resolução de problemas práticos,
104 como a melhoria na qualidade de vida das pessoas nas cidades. Afirmou que, atualmente, a adesão
105 e o respeito à democracia no país é muito grande. O **Sr. Wilson Levy** listou alguns objetivos da
106 gestão democrática. O primeiro seria a transparência, com acesso a um número completo de dados
107 para entender o processo decisório do Poder Público. Apontou que o volume de dados atualmente
108 é imenso, e que, por sua tecnicidade, existiria uma dificuldade na interpretação. O segundo
109 objetivo seria o letramento urbanístico, com informações que contribuíssem para o entendimento
110 da cidade. Afirmou que algumas discussões podem não assegurar os acessos aos benefícios da
111 urbanização nas cidades. Acerca do termo em inglês *'not in my backyard'*, afirmou que para opinar
112 sobre política urbana, seria primordial que as informações fossem as mais explicativas possíveis,
113 para que o entendimento do assunto se traduzisse em acesso aos benefícios da urbanização.
114 Salientou que morar em região com muitos acessos à infraestrutura não combina com pagamento
115 de IPTU com valor baixo, nem mesmo com o baixo adensamento regional. Afirmou que na cidade
116 há pouco acesso aos benefícios da urbanização. O terceiro objetivo apresentado seria o
117 incremento qualitativo dos processos de tomada de decisão, utilizando a organização de dados,

118 relatórios e diagnósticos para o entendimento da evolução dos processos de melhora de qualidade
119 de vida e na decisão, para a resolução de problemas práticos, que afetam as pessoas, que
120 enfrentam grandes jornadas para ir e voltar do local de trabalho, tendo a qualidade de vida
121 afetada. Afirmou que a participação social precisa apresentar resultados, oferecendo uma
122 contribuição decisiva ao incremento de qualidade de vida das pessoas. Reiterou que ela não serve
123 para representar ao final uma interdição do processo decisório. Reforçou que a participação
124 popular precisa melhorar a qualidade de vida das pessoas e auxiliar a dar resposta para problemas
125 práticos. Sobre o Plano de Bairro, questionou o impacto da decisão urbanística na vida de cada
126 cidadão e como estaria a percepção das pessoas em relação ao modo que suas vidas são afetadas
127 por essas decisões. Enfatizou diversos movimentos que trouxeram a conquista democrática.
128 Reforçou a importância da escala mais imediata para a vida do cidadão, entendendo o que ele é na
129 sociedade, sua importância na participação das decisões, as disputas territoriais, saber das
130 consequências das suas atitudes diante de posturas decisórias da coletividade. Em seguida, o **Sr.**
131 **José Antônio Aparecido Júnior** finalizou a primeira parte do painel, enfatizando a importância da
132 disseminação de como a Gestão Democrática é importante para a sociedade. Sucessivamente, a
133 **Sra. Patrícia Saran** reforçou as palavras sobre a transparência do processo, da continuidade tanto
134 do processo participativo quanto do diálogo. Ressaltou a importância da participação dos
135 Conselhos Municipais em todo o processo. Agradeceu ao Gabinete por haver garantido o espaço e
136 à equipe pela dedicação na realização do trabalho. Ininterruptamente, iniciou-se a segunda parte
137 do painel, às 17h17, com a concessão da fala aos participantes que se inscreveram. A **Sra. Lúcia**
138 **Martins Campos**, a primeira a se manifestar, saudou a todos e apresentou-se como arquiteta
139 urbanista, participante da Rede Butantã desde 2006 e servidora pública desde 2003, lotada na
140 Subprefeitura de Pirituba. Afirmou que nessa Subprefeitura não possuía setor de planejamento,
141 nem participação em processos sociais. Elogiou a revisão do PDE e apontou que a opção da gestão
142 foi um erro, diferentemente de 2002-2004, por fazer o Plano Regional junto com o Plano de
143 Zoneamento. Comentou a dificuldade em explicar para a população nas oficinas participativas que
144 o plano de zoneamento não falava sobre equipamentos públicos, escola, parques, demandados
145 pela população, causando situações desagradáveis nas audiências públicas, por conta dessa
146 inversão. Relatou que foi adotada uma metodologia de, a partir de questionamento de qual
147 equipamento seria preciso para o município, indicar qual zoneamento seria necessário, para ajudar
148 a entender o que era aquele instrumento que estava sendo colocado para a participação. Informou
149 que no final da gestão, não foi feito o Plano Regional, sendo incompleta a sua realização, virou um
150 Decreto. Questionou sobre o término da implantação do PDE. Informou que o Butantã realizou
151 cinco encontros Distritais com apresentação de diversos dados técnicos, fazendo uma espécie de
152 tradução dos termos técnicos em conjunto com movimento popular de moradia, facilitando o
153 entendimento da população do território e trazendo diversas demandas. Frisou a subutilização do
154 Núcleo Regional de Planejamento e a importância de planejamento nas Subprefeituras. O **Sr.**
155 **Gabriel Marcondes** afirmou que o Brasil é o único país que usa o Município como ente Federativo,
156 sendo um passo revolucionário. Apontou, porém, a necessidade de maior diálogo com a Região

157 Metropolitana. Ressaltou que o fortalecimento que tem no interior de consórcios intermunicipais
158 e parlamentos regionais tem que ser aplicado na Metrópole. Citou ter presenciado uma situação
159 inusitada, em uma determinada rua, a qual de um lado dela pertencia a um município e o outro lado
160 a outro. De um lado era permitido estacionar veículos, do outro lado da rua, tinha Zona Azul, era
161 proibido. Nos edifícios dessa via não existiam garagens. Explica que todos estacionavam na rua, e,
162 como o prédio era em São Paulo, Osasco proibia que parasse o carro no lado da rua, que já era na
163 área nobre de Osasco. Ressalta sobre a necessidade de um planejamento local e ao mesmo tempo
164 intermunicipal, com um princípio de intermunicipalidade, favorecer ponto de diálogo, conselhos
165 participativos entre as Subprefeituras e as outras Cidades. Sugeriu que ao menos uma dessas
166 trinta cidades que fazem fronteira com o Município de São Paulo iria querer conversar,
167 desenvolvendo projetos de resolução de problemas, como infraestrutura, de vizinhança entre os
168 municípios. Em relação à pandemia, que acelerou o processo digital, apontou que vai alterar as
169 relações humanas no longo prazo, aconselhou que se pensasse na sociedade projetada para
170 tempos futuros. Instigou a criação de maiores instrumentos de política participativa social, que é o
171 único meio que o Poder Público vai ter para sanar as demandas da população. Indicou que o
172 evento que está sendo feito na data atual precisa ser motivado, ampliado e ser regionalizado, e
173 envolver a Administração Pública de todos os Municípios. Defendeu que a Democracia
174 Participativa - a nível municipal, tem que ter um olhar intermunicipal, o que já está acontecendo no
175 interior. Propõe incluir juridicamente princípios para nortear as futuras ações e a criação de
176 Conselhos de Integração Intermunicipal. A **Sra. Sarita T. Andrade**, servidora pública faz 13 anos,
177 falou sobre o monitoramento, por meio do levantamento de dados e de fatos. Informou que as 250
178 mil licenças de HIS não são possíveis de verificar se chegaram ao destino pensado e subsidiado,
179 pela inexistência de fiscalização. Comentou que o serviço público está desmantelado. Apontou a
180 verificação de entrega de serviços aos munícipes, por falta de fiscalização, desobedecendo à
181 legislação do PDE. O **Sr. Alexandre (Kiko)** saudou os presentes e alertou para os alagamentos e o
182 desperdício de água limpa, por falta de produtos de reuso. Informou que o piscinão também não
183 faz reuso do volume coletado. Criticou a dificuldade criada pela SABESP, porque na região onde
184 mora, a água deveria ter mais fácil acesso. Afirmou que a Gestão Democrática é insuficiente ao
185 cidadão, mas muito eficiente e facilitadora do atendimento das demandas das construtoras,
186 especialmente na obtenção de alvarás. Saliou que o morador mais simples ajuda no
187 desenvolvimento local. Convidou os presentes a acompanharem o processo de votação na Câmara
188 Municipal do PDE. Reclamou das dificuldades de se obter informações via Subprefeitura, sendo
189 necessário consultar o GeoSampa. Manifestou que essa ferramenta é complicada para alguns
190 moradores de baixa renda. Levantou a suspeita de conchavo entre construtoras e Metrô. A **Sra.**
191 **Larissa Kruger**, membro do INSPER e representante da Vereadora Janaína Lima, sugeriu que haja
192 pressão da população pela qualificação do PDE na Câmara Municipal. Parabenizou todos os
193 envolvidos na construção do Seminário e menciona as dificuldades que enfrentam as pessoas que
194 vivem em áreas periféricas. Lembrou-se do projeto “Pode Entrar”. Sobre a produção na Macroárea
195 de Estruturação Urbana (MEM), relatou a dificuldade da implementação dos Planos de

196 Intervenção Urbana (PIU) em razão das sucessivas judicializações. Informou que houve produção
197 na MEM, mesmo sem o coeficiente de aproveitamento majorado. Propõe o Eixo de transporte
198 público no centro expandido e na periferia. O **Sr. José Antônio Aparecido Júnior** comandou a
199 devolutiva dos palestrantes. Primeiramente, o **Sr. Wilson Levy** ressaltou que as questões trazidas
200 pelas falas dos participantes mostram que é muito importante que os espaços participativos sejam
201 ampliados e continuados. Indicou também a necessidade do acesso ao ambiente virtual
202 aumentado, como um direito individual. Estimulou, como professor que é, a participação dos
203 alunos nas decisões. Relatou que um aluno seu questionou como estaria nos eventos feitos para a
204 população, se no mesmo horário a sua atividade laboral o impedia de estar presente, pois é um
205 horário bastante excludente para a maioria da população. Ressaltou, ainda, a importância das
206 devolutivas. O **Sr. Ciro Biderman** reforçou que, além do PDE, é importante a fala sobre a mudança
207 de sistema da Prefeitura, que impede acesso à informação nas Subprefeituras. Ressaltou as
208 dificuldades relatadas pela falta de fiscalização nas ruas. Avaliou os incentivos insuficientes na
209 produção no miolo de bairro fora do centro expandido. A **Sra. Bianca Tavorari** chamou a atenção
210 para os temas da estruturação das Subprefeituras, de integração dos municípios vizinhos, e o
211 sistema de licenciamento da Prefeitura. Propôs um monitoramento das ações e das mudanças das
212 demandas da população que eventualmente possam ocorrer na Câmara Municipal, durante a
213 votação do PL de Revisão do PDE. Sobre a produção de Habitação de Interesse Social – HIS,
214 sugeriu a possível existência de erro no objetivo obtido, por falta de fiscalização. Sublinhou que
215 há uma produção menor do que esperada para quem precisa de verdade. Lembrou que a
216 fiscalização é tarefa de todos e, principalmente, dos órgãos de controle. Ressaltou a importância
217 de discutir a MEM pelos incentivos dos eixos nas periferias. Qualificou a discussão da
218 territorialização dos eixos. O **Sr. José Antônio Aparecido Júnior** frisou que a importância da
219 consistência da documentação de todo o processo de planejamento faz a amarração dos dados,
220 evitando os desvios e mudanças que possam existir na decisão final. Na sequência, considerando
221 os demais pedidos de inscrição à fala apresentados, a **Sra. Patrícia Saran** os chamou para fazerem o
222 uso da palavra. O **Sr. Arlindo Amaro** salientou a importância da Participação Social nos Conselhos
223 de Bairro. Afirmou que os Subprefeitos, por serem indicações dos Vereadores, não conhecem os
224 bairros. Considerou que as enchentes ocorrem devido aos rios canalizados. Indagou sobre em
225 qual lugar a cidade começa. Sugeriu que os Subprefeitos precisavam ser eleitos pela população do
226 bairro, para que eles tenham mais conhecimento do território. Diz que só notou na cidade a
227 implantação da outorga onerosa. O **Sr. José André Araújo** identificou-se como membro do
228 Conselho Municipal de Planejamento Urbano – CMPU. Pediu respeito aos Conselhos Municipais.
229 Sobre habitação, reiterou a necessidade da urbanização e da regularização fundiária. Informou
230 que o acesso à informação na Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB está comprometido,
231 porque a lei está desatualizada no site. Comentou que não está havendo participação das
232 associações comunitárias, com visível desrespeito à lei. Sobre o processo legislativo democrático,
233 propôs acesso prévio às agendas e pontuou que o processo substitutivo do Vereador não leva em
234 consideração aquilo que fora deliberado anteriormente. A **Sra. Stella Da Dalt** pediu que houvesse

235 clareza na Gestão Democrática e fosse dada importância ao cidadão na participação, pois na
236 Câmara de Vereadores a proposta costuma ser bastante modificada. Pediu que ocorressem
237 capacitações da sociedade civil e dos servidores em relação ao que é a participação social.
238 Comentou que os processos não deveriam precisar de judicialização para chegar ao objetivo
239 principal. Comenta que, em relação aos dados empíricos, há falta de conhecimento de campo.
240 Propôs que a página de monitoramento do PDE, que tem os dados e o Comitê de Monitoramento
241 que compartilha esses dados, seja sempre publicizada. A **Sra. Mara** citou os problemas das
242 Subprefeituras, chamando a atenção para necessidade de melhorar o atendimento. Lembrou que a
243 Capela do Socorro estava vulnerável à especulação imobiliária na área de manancial, perto de um
244 ponto importante de transporte público. Informou que a Comunidade Marsilac não tem acesso à
245 água, pois os poços são contaminados, não tem acesso à saúde, mesmo a sua ocupação sendo
246 consolidada há mais de 30 anos. A **Sra. Ana Maria Wilhelm** comentou que o Plano de Bairro é uma
247 instância de planejamento da cidade, sendo responsabilidade da prefeitura subsidiar e aguardar
248 que seja colocado na pauta do próximo ano. Relembrou que a descentralização da gestão
249 municipal se iniciou a partir do governo de Luíza Erundina. Pediu a incorporação do Plano de
250 Bairro. **Sra. Ana Elisa Rocha** declarou-se membro do Movimento Ecobairros. Comentou que os
251 Planos de Bairro foram previstos em diversos momentos, e que poderiam ser realizados com
252 recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FUNDURB, mas não há nada que condicione
253 essa elaboração. Questionou como garantir o uso do instrumento da instituição do Plano de
254 Bairro. Após as falas dos últimos inscritos, o **Sr. Ciro Biderman** apontou que as falas extrapolam o
255 PDE, estando as Subprefeituras na tônica do debate. Indicou que outro destaque é a execução dos
256 Planos de Bairro, com demanda maior sobre a descentralização. Asseverou que teve a impressão
257 de que o PDE tem menor incidência sobre o Plano de Bairro. Sugeriu alocar mais recursos para o
258 Plano de Bairro. Afirmou que quem define o orçamento é a Câmara Municipal, vinculando-o às
259 demandas da população. Indicou que com a participação, o projeto se transforma em execução,
260 para que não se tornem meros instrumentos justificativos, com obtenção de resultados distintos
261 daquele que fora pactuado. A **Sra. Bianca Tavorari** apontou a identificação da regionalização das
262 prefeituras, os conselhos específicos, o estatuto jurídico, os conselhos de representantes, a
263 territorialização da gestão nas Subprefeituras. Sugeriu que o orçamento seja territorializado, para
264 maior controle da verba por meio de rubrica, sabendo como e onde foi gasto/investido. Propõe o
265 fortalecimento do Plano de Bairro com subsídio público. Ressaltou, igualmente, que é
266 desnecessário depender de uma fundação para a implantação dos Planos de Bairro. Indagou que a
267 judicialização das políticas públicas podem ser evitadas desde que as regras do jogo sejam mais
268 bem definidas e acordadas em conjunto com a população. O **Sr. Wilson Levy** indicou que a
269 ferramenta importante disponível é a parceria com o Tribunal de Contas do Município – TCM, por
270 meio de um observatório de políticas públicas, para obter dados e mapeamento de orçamento
271 público. Concordou com as falas anteriores, frisou a importância da gestão descentralizada e o
272 letramento da população sobre as decisões da Prefeitura na cidade. O **Sr. José Antônio Aparecido**
273 **Júnior** fez o fechamento, agradecendo a todos que trabalharam no evento e aos cidadãos, que

274 estiveram no evento. O **Sr. José Armênio de Brito Cruz**, Secretário Adjunto da SMUL, chamou a
275 atenção para os temas do painel. Questionou o conhecimento sobre o conhecimento da cidade,
276 afirmou que existe pensamento urbanístico sobre a organização da cidade, sendo muito
277 importante que a parte técnica caminhe com as demandas da população. Agradeceu pela presença
278 de todos e encerrou os trabalhos do Seminário às 18h30. A íntegra do Seminário pode ser
279 consultada na plataforma eletrônica <https://www.youtube.com/watch?v=7HPxaBfRpvE>. Os
280 documentos deste seminário se encontram registrados no processo SEI 6068.2022/0008207-4.